

APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO
OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS

COMISSÃO DIRETIVA:

Luís Filipe Brito da Silva Guerra

n. (12/03/1966)

Natural de S. João da Madeira e residente em Vila Nova de Gaia, é licenciado em Direito e pós-graduado em Ciências Jurídico-Empresariais e em Direitos Humanos. Trabalha atualmente como juiz nos Tribunais Administrativos e Fiscais, depois de experiências profissionais como advogado, mediador de conflitos e juiz de paz.

A nível associativo, é atualmente Presidente do Observatório dos Direitos Humanos (ODH), de que foi co-fundador, e é membro do Centro Mundial de Estudos Humanistas, organismo do Movimento Humanista. Nesta qualidade, é um dos promotores do Parque de Estudo e Reflexão Minho, um espaço de meditação e inspiração situado na Póvoa de Lanhoso (Braga), baseado nas ideias e propostas do Humanismo Universalista.

A sua recandidatura à Comissão Diretiva do ODH traduz o seu compromisso com este projeto e com a causa dos direitos humanos, para os quais tem procurado dar um contributo válido, dentro das suas possibilidades.

Olinda Maria Carvalho Maravalhas Lopes

38 anos, natural de Matosinhos.

Licenciada em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, concluiu no ano letivo de 2019/2020 a pós-graduação em Direitos Humanos e Tribunais no Centro de Direitos Humanos/ lus Gentium Conimbrigae.

Exerce a atividade de advogada na cidade do Porto. Em 2019 integrou o Observatório dos Direitos Humanos como relatora e posteriormente a Comissão Diretiva, onde se mantém atualmente.

Com a presente candidatura pretende aprofundar o trabalho já desenvolvido pelo Observatório dos Direitos Humanos na proteção e promoção dos direitos humanos.

Joana Ferreira Alves dos Santos

(n. 16/05/1079)

Licenciada em Ensino Básico pela Escola Superior de Educação do Porto. Lecionou em Timor Leste e trabalhou como Monitora do Centro de Inclusão Digital no projeto Catapulta, promovido pelo SOS RACISMO, no âmbito do Programa Escolhas (ACM).

Terminou recentemente o MBA Executivo da Porto Business School onde frequentou os Programas Executivos Internacionais “Digital Innovation & Strategic Leadership” na

University of Cornell (NY) e “Digital Transformation and Business Ethics” no IE Business School de Madrid.

Atualmente exerce como consultora e formadora na área de Inovação Social e Design Thinking.

Ativista pelos Direitos Humanos desde 1997 no Movimento SOS RACISMO.

Responsável pela Imagem e Comunicação das diversas edições da “Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista” no Teatro Municipal Rivoli – Porto. Ainda no contexto do Movimento SOS RACISMO fez parte de diversas equipas de desenvolvimento de projeto.

Atualmente faz parte da Direção Nacional da associação e da Comissão Diretiva do ODH.

Tendo em conta que o SOS Racismo esteve sempre presente no Observatório desde a sua fundação em 2009, consideramos que é de vital importância manter essa representação que nos permite trabalhar em rede com outras associações no sentido de trazer a público posições juridicamente fundamentadas sobre violações dos Direitos Humanos.

Ana Margarida Esteves Guerreiro

É Bolseira (FCT) de Doutoramento em Criminologia na FDUP - Faculdade de Direito da Universidade do Porto e Docente convidada no ISMAI - Instituto Universitário da Maia (desde 2015). As suas áreas de interesse são a violência de género, os estudos de género, a criminalidade organizada e as políticas de prevenção. Foi durante 5 anos criminologia na UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta enquanto técnica de prevenção da violência de género, onde é membro da Direção. Tem várias publicações nacionais e internacionais em revistas científicas, livros e capítulos de livros.

Carmen Susana Colim Fernandes

(n. 15/12/1972)

Licenciada em Gestão de empresas pelo ISLA, fez o seu percurso profissional no setor empresarial ao longo de 29 anos.

Tem vindo a apostar na sua formação ao longo dos anos, com uma pós-graduação em Gestão estratégica de eventos, um mestrado em Gestão estratégica de destinos turísticos, e uma formação avançada no âmbito do doutoramento em Turismo.

Mais recentemente, apaixonou-se pelo empreendedorismo social, e tem vindo a adquirir competências na área com entidades como o IES, Impulso, WACT e CIS Porto.

Atualmente, exerce a função de formadora da área de empreendedorismo, e colabora com algumas organizações sociais.

Acredita que o trabalho colaborativo é a forma de rentabilizar recursos e potenciar conhecimento para atingir desempenhos superiores.

CONSELHO FISCAL

Maria Gorete Gonçalves Fernandes Rato

Nascida em Malcata, frequentei na Guarda os estudos liceais que conclui em 1972.

Licenciei-me em Economia no ano de 1978 na Faculdade de Economia do Porto, cidade onde resido ainda hoje.

Fiz estudos pós-graduados em Ciências Jurídico Empresariais na Universidade Católica e um MBA executivo no Instituto Superior de Estudos Financeiros e Fiscais.

Desenvolvi a minha atividade profissional, ao longo de quarenta anos na área financeira e de gestão, tendo ocupado cargos de Direção no Grupo Caixa Geral de Depósitos e de Administração na Metro do Porto.

Paralelamente exerci funções de docente convidada no ensino superior privado durante alguns anos.

Atualmente sou consultora independente e integro os Conselhos Fiscais de duas Entidades Públicas na área da Saúde.

Mantenho ligações ao movimento associativo da minha área profissional, sendo membro da AAAFEP (Associação dos antigos Alunos da Faculdade de Economia do Porto) onde sou mentora e da Ordem dos Economistas onde sou membro do Conselho Geral de Representantes.

Embora sem filiação partidária tive sempre grandes preocupações sociais, tendo colaborado em vários movimentos e causas já desde os tempos de estudante. Por isso, entendo que a minha participação no Conselho Fiscal do ODH é uma forma de colocar as minhas competências e disponibilidade ao serviço dos outros.

Nuno Ricardo Gonçalves Martins

(n. 09/08/1979)

Ensino Preparatório e Secundário em Oliveira do Hospital;

Licenciatura em Direito no ano de 2004 na Universidade Internacional da Figueira da Foz;

Estágio integrado no curso superior, na área do Direito da Família.

Inicia a sua atividade profissional como Advogado em 2007 na comarca de Cantanhede integrado no grupo da FM Advogados.

Em 2012 abre escritório em Coimbra e em 2014 integra um novo grupo de trabalho em Coimbra - TRLDH Advogados. Em 2017 o escritório expande a sua atividade para a região da Serra da Estrela com instalações na cidade de Gouveia.

Atualmente integra a equipa da CLG-Advogados, Center Lawyers Group.

Vogal do Instituto do Acesso ao Direito do Conselho Geral da Ordem dos Advogados nos mandatos do Sr. Bastonário António Marinho e Pinto, 2010 – 2013;

Vice-Presidente do Instituto do Acesso ao Direito do Conselho Geral da Ordem dos Advogados no mandato da Sr.^a Bastonária Elina Fraga no ano de 2014;

Presidente da Direção Regional de Coimbra da Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses 2016-2018.

Vice-Presidente do Instituto do Acesso ao Direito do Conselho Geral da Ordem dos Advogados no mandato do Sr. Bastonário Guilherme Figueiredo, 2017-2019.

Atualmente Vogal da direção da Associação Portuguesa da Advocacia em Prática Individual.

Formação específica em diversas áreas, salientando-se Direito de Trabalho, Direito Administrativo, Direito Processual Penal, Práticas Processuais Tributárias, Registo e Notariado, Sucessões, Promoção e Proteção de Crianças e Jovens, Violência Doméstica e Tráfico de Seres humanos.

Considerando que na área dos direitos humanos nos deparamos com um constante trabalho inacabado é com enorme orgulho que integro uma equipa que se propõe a dar continuidade a uma tarefa essencial ao equitativo progresso humano em sociedade, sinalizando violações dos direitos fundamentais e promovendo ações com vista à proteção e promoção dos direitos humanos em geral.

Lara Alexandra Oliveira Roque Figueiredo Martins

Advogada, inscrita na Ordem dos Advogados desde Maio de 2008.

Atualmente com escritório em Coimbra, Gouveia e Oliveira do Hospital.

Exerce nas áreas de direito penal, civil e família e menores, com formação específica em Igualdade de Género, Violência Doméstica e Tráfico de Seres Humanos.

Exerceu funções no Instituto do Acesso ao Direito da Ordem dos Advogados desde a sua criação em 2010 até 2014 (como vogal e Vice-Presidente).

Exerce funções de Presidente da Associação Portuguesa da Advocacia em Prática Individual (APAPI-ADV) desde 2020 até ao presente.

A defesa dos Direitos Humanos é uma inerência de qualquer Advogada/o e nessa perspectiva colaborar de forma estreita com Observatório dos Direitos Humanos é uma consequência natural da profissão que exerço e da pessoa que sou.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Marco Ribeiro Henriques

Professor Assistente Convidado e Investigador na área das ciências políticas e jurídico-criminais, tendo colaborado em vários projetos internacionais e nacionais de investigação. É licenciado em direito, mestre com especialidade em direito processual e atualmente é doutorando em direito pela NOVA School of Law, Universidade Nova de Lisboa. Possui ainda formação pós-graduada em Direitos Humanos e em Direito Penal Económico e Europeu.

Preside atualmente à Mesa da Assembleia Geral do Observatório os Direitos Humanos de que também é membro associado desde a sua constituição. Foi ainda coordenador do Grupo de Juristas da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional, entre outubro de 2015 e janeiro de 2017.

É autor e coautor em publicações científicas, como artigos e capítulos de livro, na área dos direitos humanos tendo trabalhos publicados em Portugal e no estrangeiro.

Ana Maria Coelho dos Santos Pereira Rodrigues

Tem actividade profissional e académica na protecção e promoção de direitos humanos e reforço dos mecanismos do Estado de Direito, ao nível nacional, regional europeu e internacional, e ainda em contexto asiático e africano.

É consultora internacional nas suas áreas de interesse preferenciais, designadamente em matéria de direitos humanos, migrações, igualdade, justiça e boa governação, tendo colaborado em trabalhos comissionados, entre outros, pelo Parlamento Europeu, pela Comissão Europeia, pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género, pela UNICEF ou pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. É também, desde 2015, consultora jurídica da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, dando pareceres sobre a conformidade do desenvolvimento da acção social com os direitos fundamentais.

É docente universitária, na Escola de Direito da Universidade do Minho, e investigadora do Centro de Investigação em Justiça e Governação da mesma Universidade. Integra a bolsa de peritos independentes do Departamento da Carta Social Europeia, no âmbito do Conselho da Europa, e é membro do Fórum Consultivo do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, bem como da Comissão Executiva da Plataforma de Apoio aos Refugiados.

É licenciada em Direito (pré-Bolonha), pós-graduada em Estudos Europeus (variante Direito), mestre em Direitos Humanos, e desenvolve actualmente estudos de doutoramento em Ciências Jurídicas Públicas.

Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Assembleia Geral do ODH no mandato anterior, considerando agora, como antes, que é essencial que haja mecanismos, como o Observatório, de vocação independente e actuação abrangente, que emirjam da sociedade civil e que permitam um trabalho transversal e em rede em matéria de direitos humanos.

Diogo Guerreiro Duarte

Licenciado em Direito (Faculdade de Direito de Lisboa) e Mestre em Direito Internacional (Faculdade de Direito de Lisboa)

Investigador (Instituto Jurídico Portucalense - IJP) Jurista (Programa Operacional Capital Humano) Jurista (Gabinete de Apoio da Presidência do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa) Jurista (Mundiventos (consulting)). Jurista-estagiário (Comissão Nacional de Eleições) Jurista-estagiário (Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Os temas dos direitos humanos e fundamentais têm sido uma constante no meu percurso profissional e académico. Neste sentido, não só integrei diversas entidades não governamentais (Amnistia Internacional, Comunidade Vida e Paz, e Contraditório think tank) nas quais me dediquei aos diversos temas dos direitos humanos (privacidade e migração, a título de exemplo), como também dediquei a minha investigação e tese de dissertação de mestrado ao direito humano à protecção. Mais recentemente, redirecionei o meu foco académico e profissional para os novos direitos digitais, nomeadamente, no âmbito da protecção de dados pessoais e do direito à privacidade. Neste momento, além dos vários artigos informativos que produzo mensalmente sobre a protecção dos dados pessoais, encontro-me a realizar investigação científico-jurídica nos temas da protecção de dados. Daqui resulta que, a promoção dos direitos humanos é, uma das grandes vertentes pelas quais me debato, e aquela que mais me suscita interesse. Neste sentido, a minha motivação para integrar os órgãos sociais do ODH vai de encontro àquela que é também uma parte fundamental da Missão da ODH, nomeadamente, contribuir para a protecção e promoção dos direitos humanos em geral. Caso venha a integrar os órgãos sociais do ODH, é meu compromisso desde logo, contribuir com o melhor do meu conhecimento, paixão e dedicação para a promoção e defesa dos direitos humanos. Numa época em que se extremam as posições políticas e que a sociedade, também ela embutida e transformada pelas redes sociais, se torna permeável a esses extremos, urge, cada vez mais, defender os direitos humanos e promover uma cultura de sensibilização e maior informação.